

HOJE EM DIA - BELO HORIZONTE, SEXTA-FEIRA, 5/8/2011

24 Minas

Ipatinga contratará 400 professores

ANA LÚCIA GONÇALVES
alucia@hojeemdia.com.br

A Prefeitura de Ipatinga, no Vale do Aço, informou ontem que fará a contratação imediata de 400 professores para garantir o cumprimento do ano letivo. Com isso, quer garantir o retorno das aulas na próxima semana. Os professores da cidade estão em greve desde o dia 8 de junho.

"A decisão visa garantir que os alunos não fiquem mais prejudicados. Por isso, pais e responsáveis, é necessário que todos levem seus filhos às escolas", convocou ontem o secretário Municipal de Educação, Maurício Mayrink. Segundo ele, os professores contratados foram eleccionados por meio de processo simplificado realizado em 2010.

Hoje Mayrink comparecerá à sede do Ministério Público (MP) para prestar esclarecimentos em um inquérito cível que apura e delimita a situação da greve. A direção

do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) também foi convocada e enviará representante. O secretário lembra que o município ganhou na Justiça liminar que considerou a greve ilegal.

Dois dirigentes do Sind-UTE em Ipatinga que fazem greve de fome desde a última terça-feira, sentadas na recepção do gabinete do prefeito Robson Gomes (PPS), onde também dormem, prometem continuar o protesto hoje. Estão ingerindo apenas água e apesar da fome e do cansaço, asseguram que estão bem de saúde e dispostas a alcançar o objetivo: a retomada das negociações com a administração municipal.

A categoria reivindica principalmente plano de carreira e piso salarial de R\$ 1.597 e não aceitou as propostas apresentadas pela prefeitura, na última reunião, dia 1º deste mês. "Não está sendo fácil, mas vamos fazer todos os esforços possíveis pa-

WAMRISQUE/REDAÇÃO



Professores acampam na prefeitura para pressionar negociação

ra reabrir as negociações", revelou uma das dirigentes em greve de fome, a diretora estadual do Sind-UTE (MG) e coordenadora da subseção do sindicato em Ipatinga, Feliciano Saldanha, de 49 anos.

Segundo ela, a greve estadual dos professores ganhou a adesão municipal em Ipatinga por causa das reivindicações, que em vários pontos

são semelhantes. Também lembrou que o sindicato atua nas duas esferas. Um grupo formado por pais e alunos das duas redes também estaria apoiando o movimento. Saldanha garante que o movimento grevista se fortalece a cada dia. Segundo ele, 35 das 37 escolas municipais de Ipatinga estariam totalmente paralisadas.

Governo estuda ação judicial

Diante do que avalia ser uma postura intransigente do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sind-UTE) de Minas Gerais, a Secretaria de Estado de Educação (SEE) admite que estuda medidas judiciais para pôr fim ao movimento grevista.

A secretária-adjunta, Maria Céres Pimenta, afirma que essa não era uma alternativa que o Governo gostaria de adotar. "A gente não pode ficar inerte esperando o tempo passar. Estamos vendo o que é possível fazer. A postura intransigente do sindicato nos faz pensar nestas medidas, diante das perdas irreparáveis que os alunos estão tendo", afirma.

Maria Céres espera o fim da greve para que as negociações sejam retomadas, e culpa o sindicato pela interrupção do diálogo. Os professores vão se reunir na próxima terça-feira para definir rumos da campanha salarial.

O Sind-UTE reivindica a adoção do Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) para os professores de nível médio e

jornada de 40 horas semanais no valor de R\$ 1.597. O valor é calculado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Já o Estado contesta o número, dizendo que o PSPN, instituído pela Lei Federal 11.738/08, estabelece o vencimento básico de R\$ 1.187, calculado pelo Ministério da Educação (MEC).

O impasse é que o Estado alega pagar acima do piso nacional. Isso porque agrega os benefícios dos servidores em um salário fixo. Com isso, a menor remuneração paga em Minas é de R\$ 1.122, para um jornada de 24 horas semanais.

O advogado Henrique Augusto Mourão, especialista em direito do trabalho, explica que, de acordo com julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF), o Governo mineiro não cumpre a lei. Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), julgada em abril, definiu que a composição do PSPN corresponde ao vencimento básico inicial da carreira do professor, excluídas quaisquer vantagens e gratificações. (T.L.)

© 2013 por Henrique Mourão. Todos os direitos reservados. Este documento é uma reprodução não autorizada de uma publicação impressa.